

"A naturalidade é uma pose tão difícil de se manter" – apontamentos para pensar *Homofobia e Direitos no Brasil hoje*¹

Leandro Colling – professor da UFBA e coordenador do grupo de pesquisa em Cultura e Sexualidade.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite do professor Alípio de Sousa Filho para compor essa mesa. É uma honra estar aqui ao lado da professora Miriam Grossi e do professor Luiz Mott, duas pessoas que foram e continuam sendo fundamentais no desenvolvimento de estudos e políticas em prol do respeito à diversidade sexual e de gênero em nosso país. Em primeiro lugar, gostaria de frisar que a minha fala não tem a pretensão de oferecer conselhos sobre o que o movimento LGBT deveria fazer. Entendo que isso compete apenas ao próprio movimento, que é diverso e usa ou pode usar distintas estratégias.

Coordeno o grupo de pesquisa em Cultura e Sexualidade, que atende pelo singelo nome de CUS. Esse grupo realizou, em setembro último, o seu primeiro encontro, chamado *Stonewall 40 + o que no Brasil?*, que teve como objetivo debater e avaliar os estudos e as políticas públicas e identitárias no Brasil, tendo como marco a comemoração dos 40 anos da revolta ocorrida no famoso bar de Nova Iorque.

Nesse evento, como deve ser de conhecimento de vários aqui presentes, ficou visível uma diferença entre as avaliações e análises de alguns participantes das mesas redondas e da plateia. De forma simplificadora e incompleta, parece ter sido recriada uma divisão entre acadêmicos e ativistas, traduzida por alguns como uma separação entre pós-identitários *versus* identitários ou entre queer e adeptos do essencialismo estratégico.

Na edição deste ano do Enuds (Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual) realizado em Campinas, a mesma dicotomia pairava nas discussões realizadas nas mesas redondas, nas apresentações de trabalhos, nas oficinas e também nas festas. A diferença é que no Enuds foi possível ouvir algumas falas como: “os queer são inimigos do movimento LGBT”, ou “estou preocupado com o fato da academia ser vista como inimiga do movimento LGBT”.

E o que tenho eu a ver com essa discussão? O CUS estuda, desde o seu início, em 2008, as obras de pesquisadores da teoria queer. Isso permite que algumas pessoas concluam que,

¹ Texto apresentado na mesa redonda *Homofobia e Direitos no Brasil hoje*, realizada no V Congresso da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura, no dia 26 de novembro de 2010, em Natal.

nessa aparente disputa, eu estaria do lado dos queer, que seriam avessos às políticas identitárias e também, portanto, inimigos do movimento LGBT. A primeira questão que eu gostaria de deixar clara em minha fala: os autores da teoria queer, pelo menos os que eu estudo e acompanho, não são contra as políticas identitárias. Butler, uma das expoentes da teoria queer, diz que é “necessário fazer reivindicações políticas recorrendo a categorias de identidade e exigir o poder de nomear-se (...), mas também é preciso recordar o risco que comportam essas práticas” (Butler, 2002, p. 60). Não se trata de ser contra a afirmação das identidades, mas de questionar, em especial em espaços não homofóbicos como este, o uso de determinadas estratégias e as relações de poder que estão inseridas nos discursos que tratam dessas questões.

Eu nunca fui e nunca serei inimigo do movimento LGBT. O que a teoria queer faz, e eu também faço, é apontar os limites das políticas identitárias. Ora, há uma imensa diferença entre apontar limites, criticar determinados aspectos de certas ideias e estratégias, e ser inimigo dessas pessoas, dos movimentos e das suas estratégias. Essa diferença precisa estar clara para não entrarmos em uma disputa que só nos enfraquecerá. Como diz Miskolci, outro estudioso da teoria queer no Brasil,

a proposta política queer não aponta para nenhuma divisão, antes é um apelo unificador à experiência comum de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e outr@s, ou seja, a experiência da vergonha. Ser chamado, leia-se, ser xingado de bicha, gay, sapatão, travesti, anormal ou degenerad@ é a experiência fundadora da descoberta da homossexualidade ou do que nossa sociedade ainda atribui a ela, o espaço da humilhação e do sofrimento. Transformar esta experiência em força política de resistência é o objetivo da proposta original queer (Miskolci, 2010, p.10-11).

Dito isso, posso então começar a tratar do tema desta mesa, que é *Homofobia e Direitos no Brasil hoje*. Qualquer análise sobre esse tema vai reconhecer uma série de avanços conquistados pelos movimentos e também vai apontar o quanto ainda temos que avançar para que a comunidade LGBT tenha os mesmos direitos que os heterossexuais. Vou deixar para que o professor Luiz Mott aponte esses avanços e os desafios. Apenas gostaria de frisar que, em uma avaliação das conquistas e desafios do movimento LGBT, realizada em Salvador pelo ativista Toni Reis, todos as conquistas estavam relacionadas às *opressões institucionais*².

² O presidente da **ABGLT** (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), Toni Reis, em palestra realizada na UFBA por ocasião do evento Universidade Fora do Armário, apontou como conquistas: retirada do CID 302.0 no Conselho Federal de Medicina, que diagnosticava a homossexualidade como doença; Resolução do Conselho Federal de Psicologia, de 23 de março de 1999,

Antes de qualquer coisa, preciso destacar que não sou contra nenhuma proposta ou projeto de lei que objetive dar aos membros da comunidade LGBT direitos que lhe são negados no Brasil.

Mas isso não quer dizer que não podemos realizar um esforço crítico para pensar quais são os limites dessas propostas e projetos. E mais: por que elegemos esses projetos e não outros? Por que temos essas pautas e não outras? Por que determinados projetos nos unem mais, nos emocionam e nos mobilizam mais do que outros? Por que nos concentramos tanto nos marcos legais e no combate à *opressão institucional*? Quais os riscos e limites dessas apostas?

Para responder essas perguntas, muitas reflexões da teoria queer podem ser úteis. Mas é preciso enfatizar que não é necessário ser um estudioso da teoria queer para elaborar críticas como as que desenvolverei a seguir. Aliás, pretendo demonstrar que essa discussão que agora aparece como “nova”, impulsionada pelos dois eventos que citei no início da minha fala, na verdade já são discussões que estavam, de alguma forma, embora em outros termos, presentes desde os primórdios do então Movimento Homossexual Brasileiro. Basta ler, novamente, o livro do professor Edward MacRae, *A construção da igualdade*, lançado em 1990, no qual ele analisa movimentos homossexuais do período de 1978 a 1985.

Um conhecido pesquisador de todos nós, como o professor Sérgio Carrara, que nunca manifestou estar ligado às perspectivas queer, em artigo publicado na edição mais recente da revista *Bagoas*, por exemplo, depois de fazer um panorama sobre as políticas e direitos sexuais

que proíbe o tratamento de cura da homossexualidade; lei Maria da Penha (11.340/2006), que amplia a noção de família; resolução 2435, de 3 de junho de 2008, da Organização dos Estados Americanos, que inclui a orientação sexual e identidade de gênero como direitos humanos; realização da 1ª Conferência Nacional LGBT, de 6 a 8 de junho de 2008; Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, lançado em 14 de maio de 2009; mais de 700 casos de jurisprudência no Judiciário referentes a Adoção, Direito de guarda e visita, Condição de dependente, União estável, Sucessão, Pensão por morte, Plano de Saúde, Visto de permanência; Projeto Escola sem homofobia; Portaria 1707, de 18 de agosto de 2008, que autoriza o Processo Transexualizador no SUS; Resolução CFM nº 1955/2010, que reconhece o tratamento de transgenitalismo de adequação do fenótipo feminino para masculino; Campanha nome social de travestis e transexuais nas escolas, em vigor em 13 estados do Brasil; Realização de 241 eventos e paradas LGBT em 2009; 1ª Marcha Nacional contra a Homofobia e pela Cidadania LGBT, realizada em 19 de maio de 2010; Decreto de 4 de junho de 2010, que institui o Dia Nacional de Combate à Homofobia (17 de maio).

Entre os desafios, Reis apontou: No Executivo, implementar as 18 ações do plano para a área de Educação e Financiamento para ações de ONGs, ex.: Escola Sem Homofobia; No Legislativo, aprovação do PLC 122/2006 – discriminação homofóbica; Reconhecimento de União Estável e aprovação de projetos para permitir a Mudança de nome de travestis e transexuais; Incluir a contemplação da diversidade de forma transversal em várias áreas e ministérios.

Alguns desses desafios, a exemplo do Escola sem homofobia, poderiam ser vistos como projetos que combatem a opressão cultural. No entanto, na prática, esses projetos tem trabalhado, pelo menos inicialmente, em combater a homofobia institucionalizada dentro das escolas, patente nas normas que proíbem o uso de nome social para trans ou no combate à homofobia dos professores.

no Brasil contemporâneo, aponta pelo menos três “perigos” (aspas são do autor) que, segundo ele, mereceriam atenção do movimento LGBT brasileiro. Carrara diz que “uma das possíveis consequências da judicialização da política”, entendida por ele como a tendência de se “canalizar ou formalizar a luta política na linguagem dos direitos”, é que corremos o risco de apostar em uma “‘utopia jurídica’ segundo a qual se espera da justiça que resolva todos os problemas” (Carrara, 2010, p. 143). Carrara alerta que o resultado indesejável dessa aposta é a possibilidade de estarmos trabalhando apenas para uma certa elite econômica, uma vez que o acesso à Justiça, no Brasil, é desigual em função da classe social das pessoas.

Eu apenas complementaria o argumento lembrando também que parece que estamos apostando demais nas leis ou decretos que já temos ou poderemos ter no futuro. Se conseguirmos aprovar o projeto que criminaliza a homofobia, e espero que consigamos, a homofobia não irá acabar. É claro que essa lei será um instrumento valioso, mas ela, por si só, não acaba com a homofobia. O que quero dizer, e espero que o conjunto da minha fala dê conta disso, é que estamos nos concentrando quase que exclusivamente naquilo que Gamson, em seu texto tão referenciado, chamou de ataque às *opressões institucionais*. Em contrapartida, estamos dando pouca atenção ao que ele nomeou de *opressões culturais*. É claro que a dicotomia usada pelo autor é também passível de críticas e considerações, mas creio que ela serve para pensar um pouco essas questões. Voltarei a elas mais adiante.

Outro “perigo” apontado por Carrara, e que o aproxima muito das reflexões de diversos autores ligados à teoria queer, é que, segundo ele, “vem se desenhando uma nova moralidade sexual, projetando novos sujeitos perigosos ou abjetos em oposição a cidadãos respeitáveis, ou seja, aqueles que merecem, por suas qualificações morais, ser integrados, assimilados à sociedade” (Carrara, 2010, p. 144). Um pouco mais adiante, Carrara diz ainda: “há que se discutir, finalmente, os perigos da reificação das identidades sexuais e de gênero em jogo nesse contexto e de seu possível impacto sobre políticas e direitos que, por serem ‘especiais’, podem acabar sendo mais excludentes que inclusivos” (Carrara, 2010, p. 144).

Em relação a esse “perigo” apontado por Carrara, penso que a teoria queer pode colaborar muito com os movimentos LGBT. Em que sentido? Para pensar em estratégias e discursos que, paralelamente às políticas identitárias, subvertam e questionem de forma permanente as normas hegemônicas presentes em nossa sociedade. Para que nossas pautas não colaborem para construir normas do que é ser um gay, lésbica, bissexual ou trans aceitas apenas se estiverem seguindo os padrões já postos. Padrões esses, é sempre necessário lembrar, que foram e continuam sendo os causadores da falta de respeito à diversidade sexual. Precisamos

ter clareza de que não podemos cair no erro de usar, com a melhor das intenções libertadoras, exatamente os mecanismos que nos oprimiram e que continuam nos oprimindo.

Por exemplo: boa parte das pautas que mais nos mobilizaram nos últimos anos e em boa parte dos discursos de alguns dos ativistas transparece a ideia de que o gay é normal, é igual ao heterossexual, quer casar, ter filhos, viver uma vida monogâmica. O que a teoria queer vai questionar não é o direito de casar e ter filhos e desejar uma vida em família tal como nas propagandas de margarina. É óbvio que quem quiser viver assim deve ter todo o direito e condições de fazê-lo. A pergunta que os autores fazem e eu replico é: pensando através do campo das subjetividades, por que desejamos esse ideal de vida? Por que queremos uma vida a mais parecida possível com a dos heterossexuais? O quanto essa ideia geral tem a ver com uma eventual vergonha da Aids e de uma presumida promiscuidade da comunidade LGBT? Queremos nos purificar? De que e por quê?

Pensando sobre essas questões, Richard Miskolci, por exemplo, argumenta que a epidemia de HIV/Aids “teve o efeito de repatologizar a homossexualidade” e gerou “efeitos normalizadores no campo das homossexualidades” (Miskolci, no prelo).

Por que a união civil proposta por nós é exatamente a baseada na família nuclear, justamente uma das instituições que tanto colaborou para a opressão da diversidade sexual e de gênero? Aliás, não parece interessante (ou sintomático) que tenha surgido, nesses últimos anos, organizações no Brasil e no exterior, compostas majoritariamente por heterossexuais, que defendam uniões livres com mais de duas ou três pessoas?

Além disso, cabe aqui lembrar que, queiramos ou não, na própria comunidade LGBT, as conjugalidades são muito mais diversas do que vislumbra a proposta de união civil. Para verificar isso, basta ler a excelente coletânea de textos organizada pelas professoras Miriam Grossi e Anna Paula Uziel e pelo professor Luiz Mello. Antônio Paiva, por exemplo, que em sua tese de doutorado entrevistou vários casais homossexuais, concluiu:

Quanto à discussão sobre institucionalização das uniões homossexuais, vimos uma abordagem bastante diversificada: há casais que advogam o direito não só ao registro civil da parceria, mas o direito de casar; outros veem a importância do registro para garantir patrimonialmente o parceiro, outros que consideram ‘ridículas’ ou irrelevantes as tentativas de legitimação das uniões; há os que veem na luta pelos direitos do cidadão o foco da discussão, não sendo necessário lutar pelo reconhecimento das relações; e ainda os que consideram

importante lutar por outros modelos de conjugalidade (Paiva, 2007, p. 43).

Enfim, a teoria queer permite perguntar o quanto parte das nossas pautas não são influenciadas pela heteronormatividade, tida por Nádya Pino (2007, p. 160) como o “enquadramento de todas as relações – mesmo as supostamente inaceitáveis entre pessoas do mesmo sexo – em um binarismo de gênero que organiza suas práticas, atos e desejos a partir do modelo do casal heterossexual reprodutivo”. Críticos da teoria queer, por vezes, dizem que heteronormatividade é o mesmo que heterossexismo, termo usado há mais tempo no Brasil. No entanto, os dois conceitos não são iguais, pois o conceito de heterossexismo pressupõe que os heterossexuais pretendem, a qualquer custo, impor a sua orientação como a natural e correta. A ideia de heteronormatividade, que não deseja substituir o conceito de homofobia, vai muito além disso, pois aqui o objetivo é revelar também como a heterossexualidade compulsória, muito mais forte no período da patologização das orientações sexuais não-heterossexuais, se alastrou com tamanha força que acabou por se introduzir na constituição das identidades de todos nós, sejamos héteros ou não.

No bojo dessas discussões, Butler consegue fazer uma rica análise que revela qual é o motor da heteronormatividade, que gera a homofobia e, portanto, a falta de respeito à diversidade sexual e de gênero. É nesse momento que Butler trata sobre como a sociedade exige uma linha coerente entre sexo-gênero-desejo e prática sexual. Nessa linha, o binarismo das identidades sexuais e de gênero impera e é esse binarismo, entre outras questões, que precisa se atacado e problematizado. E aí cabe a pergunta: o quanto nossa luta problematiza os binarismos?

A partir dessas reflexões, que não tenho a intenção de apresentar detalhadamente nessa fala, vários autores ligados com a teoria queer perguntam: se a heteronormatividade e o binarismo sexual e de gênero são a causa de nossas opressões, como podemos apostar tanto em estratégias que acabam, de alguma forma, reificando essas questões ao invés de problematizá-las? E mais: para conquistar determinados direitos, temos que criar uma determinada imagem para que a comunidade LGBT seja aceita. E o quanto essa operação exclui quem deseja permanecer nas margens, quem não deseja esses ideais ou quem não terá condições econômicas, políticas e sociais de aspirar a esses ideais?

Outra questão apontada pelos autores ligados à teoria queer, sobre os limites das políticas identitárias, é como elas deixam a heterossexualidade em uma “zona de conforto”. Isso se traduz de várias formas, inclusive em boa parte das políticas preventivas das DSTs, mas

sobretudo nas estratégias e políticas de combate à homofobia. O que quero dizer com isso? Para combater a homofobia, apostamos quase exclusivamente na afirmação das identidades não-heterossexuais, o que gera impactos significativos para a comunidade LGBT, mas deixa a identidade heterossexual no confortável discurso de que ela sim é natural, normal, determinada pela biologia ou até por Deus. Para uma perspectiva queer, enquanto a heterossexualidade não for problematizada como uma imposição, como uma construção, a homofobia e a falta de respeito à diversidade sexual e de gênero não vão acabar.

Portanto, nossas políticas e estratégias não podem apenas afirmar identidades homossexuais, mas também problematizar constantemente as identidades heterossexuais. Isso, é claro, só torna a luta muito mais complexa e difícil, mas não impossível. Por exemplo: no campo da educação, ao invés dos livros didáticos ensinarem o que é uma família homoparental, como alguém se constitui em homossexual, também deve ser importante problematizar como se construiu esse ideal de família nuclear, se ela ainda existe na vida real e com que intensidade. Ao invés do excessivo interesse em responder o que torna alguém homossexual, perguntar também e com a mesma intensidade o que torna alguém heterossexual.

Para concluir, gostaria de enfatizar que essas discussões não são novas entre os estudos e a militância brasileira. Segundo MacRae, por exemplo, já na época por ele analisada, o movimento homossexual era "frequentemente acusado de contribuir para um rígido reforço das categorias sexuais", inclusive por pesquisadores como Jean-Claude Bernardet e Peter Fry. E continua:

Alega-se que essas posturas acabavam por revalidar o uso do rótulo "homossexual", concebido por alguns como sendo uma patente forma de controle social, seja ele imposto a um indivíduo por forças sociais externas ou voluntariamente adotado. A prática de "se assumir", encorajada pelos grupos, correria o risco de não ser nada revolucionária, transformando-se, talvez, somente numa acomodação de comportamentos e sentimentos, até então em desarmonia com as normas gerais, integrando-se de uma maneira mais funcional à estrutura vigente. Estabelecer-se-iam novos padrões e simplesmente se mudaria o lugar da linha de demarcação entre o permitido e o proibido (MacRae, 1990, p. 56).

Além disso, MacRae diz que, "atualmente, a aparência viril é cada vez mais prezada, e começa a surgir um novo homossexual estereotipado que frequentemente ressalta sua aparência máscula, exibindo bigode, barba, músculos de halterofilista, etc.," (MacRae, 1990, p. 54). Ora, o que podemos inferir a partir dessa observação do autor é que, então, hoje, mais de 20 anos

depois, efetivamente é esse o modelo de gay que é mais aceito em nossa sociedade e também por boa parte da comunidade LGBT.

A pesquisa realizada pelo CUS, sobre a representação dos personagens não-heterossexuais nas telenovelas da Rede Globo, embora ainda esteja em andamento, já pode concluir que existem três grandes formas de representação na história dessas obras: a primeira delas ligou a homossexualidade com a criminalidade; a outra associou os personagens LGBT com os estereótipos da “bicha louca”, produtora de risos perversos nos telespectadores; e a terceira, que começa a aparecer com mais intensidade nos últimos dez anos e se torna hegemônica, é a que inscreve os personagens dentro de uma matriz heteronormativa. Consideramos as três formas de representação problemáticas.

No entanto, não é raro ver integrantes da comunidade LGBT apenas elogiando os personagens enquadrados dentro dessa terceira forma de representação. Para intervir nesse campo das representações, por exemplo, as políticas públicas e identitárias brasileiras são incipientes, mas não podemos desconsiderar que é “por meio dos significados das representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos” (Woodward, 2007, p. 17). Nesse sentido, cabe a distinção feita por Gamson entre estratégias que atacam mais as opressões institucionais, “que fazem da rigidez das categorias uma estratégia inteligente”, das que atacam as opressões culturais, “que fazem da dissolução das categorias uma estratégia inteligente”. E ele pergunta: “existem movimentos ou repertórios de movimentos que sejam capazes de trabalhar com, em lugar de contra, a simultaneidade destes dois sistemas de opressão?” (Gamson, 2002, p. 166).

MacRae, em outro texto, nos possibilita apresentar outro dado que pode ser utilizado para verificarmos o quão a heteronormatividade paira inclusive sobre os homossexuais. No artigo *As respeitosas militantes e as bichas loucas*, ele analisa como um determinado jornal, na época produzido por homossexuais e ligado ao hoje Partido dos Trabalhadores, teria decidido não publicar um texto vindo do Grupo Gay da Bahia. O texto tratava do 1º Encontro de Homossexuais Organizados do Nordeste e transcrevia as palavras de ordem proferidas durante uma pequena passeata promovida pelos participantes do evento. “Estas eram frequentemente escandalosas ou aparentemente levianas, como se pode ver pelos seguintes exemplos. “Éte, éte, éte, é gostoso ser gilete.´, ´Ado, ado, ado, ser viado não é pecado.´ U, u, u, é gostoso dar o cu.”(MacRae, 1982, p. 101 e 102)

A pergunta que faço é a seguinte: em nossas paradas LGBT, quantas vezes ouvimos alguma frase desse tipo?

Para finalizar, termino com o último parágrafo de MacRae nesse mesmo texto.

Sempre haverá aqueles que lembrarão que a luta é seria, que travestis são regularmente torturados e mortos e que muitos homossexuais são desrespeitados em sua dignidade humana. Eles têm razão e a luta por melhores condições de existência sempre é válida. Porém, é bom que fique sempre lembrado que seus novos valores também são arbitrários e não são de nenhuma forma "naturais". Aliás, como dizia, se não me engano, Oscar Wilde: "A naturalidade é uma pose tão difícil de se manter".

Muito obrigado!

BUTLER, Judith. Críticamente subversiva. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. *Sexualidades transgresoras. Una antología de estudios queer*. Barcelona: Icaria editorial, 2002, p. 55 a 81.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CARRARA, Sérgio. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. In: *Bagoas*, revista de estudos gays. Natal, EDUFRN, volume 4, número 5, jan/jun de 2010, p. 131 a 148.

GAMSON, Joshua. Deben autodestruirse los movimientos identitarios? Un extraño dilema. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. *Sexualidades transgresoras. Una antología de estudios queer*. Barcelona: Icaria editorial, 2002, p. 141 a 172.

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade. A identidade sexual e a política no Brasil da abertura*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MACRAE, Edward. Os respeitáveis militantes e as bichas loucas. In: Alexandre Eulálio (Org.). *Caminhos Cruzados-Linguagem, antropologia, ciências naturais*. 1 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982, p. 99 a 111.

MISKOLCI, Richard. *Não ao sexo rei: da estética da existência foucaultiana à política queer* (no prelo).

MISKOLCI, Richard. *Não somos, queremos*. Notas sobre o declínio do essencialismo estratégico. (Artigo apresentado na Mesa Novas Perspectivas e Desafios Políticos Atuais do evento Stonewall 40 + o que no Brasil?, realizado em Salvador, 17 de setembro de 2010).

PAIVA, Antônio Cristian Saraiva. Reserva e invisibilidade: a construção da homoconjugalidade numa perspectiva micropolítica. In: GROSSI, Miriam Pillar, UZIEL, Anna Paula e MELLO, Luiz (org.). *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, p. 23 a 46.

PINO, Nádia Perez. A teoria *queer* e os *intersex*: experiências invisíveis de corpos des-feitos. *Cadernos Pagu* (28), janeiro-junho de 2007, p 149 a 174.

WOODWARD, Kathryn (2007). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, Vozes, p. 7 a 72.